

A Questão da Ortografia. Poder, impotência e argalhadas*

Fernando Vázquez Corredoira

La lengua gallega goza de una personalidad propia y bien definida, que arranca de otras cosas que nada tienen que ver con los aditamentos ortográficos que venimos criticando y que se le quisieron colgar a fin de distinguirla del castellano. (Antonio Couceiro Freixomil *Ortografía Gallega – Bases para su unificación*, Ourense, 1929, p. 14)

El escoger la ortografía castellana como punto de referencia en algunas dudas lo creo muy razonable, por ser más fácil que cualquiera de las lenguas afines, y sobre todo, por ser más conocida de los gallegos que, al fin y al cabo, han de ser bilingües y la usarán siempre junto a la suya, sino más que esta. (Abelardo Moralejo, *Apéndice a Antonio Couceiro Freixomil, op. cit.* p. 40)

(Cláudio) inventou três letras novas e acrescentou-as ao antigo alfabeto, visto que eram mui necessárias. Sendo ainda apenas uma pessoa privada publicou um livro para recomendar o seu uso, mas, assim que foi elevado ao poder imperial, não teve dificuldades para as introduzir no uso comum, e assim essas letras encontram-se ainda numa diversidade de livros, registos e inscrições públicas. (Suetónio, *Vida dos Doze Césares.*)

O. Eu não sou Carlos Casares.

Dado que eu não sou um Carlos Casares ou outro que lhe valha, nem concebo sequer que possa perturbar o majestoso silêncio com que se não trata esta questão nas altas esferas normativizadoras nem — bem menos ainda — contribuir para ressuscitar o debate ortográfico do sossego tumular da nossa *intelligentsia autonómica*. Sei, aliás, se é verdade o que me dizem informantes introduzidos nos gabinetes oficiais, virados centros distribuidores de mercês sob espécie de “Cursiños”, Leitorados, Bolsas e outras regalias tão cobiçáveis para filólogos sem destino nestes tempos de vacas e vagas magras, sei, digo, que nos tais gabinetes não se fala jamais deste assunto aberta, francamente, com a franqueza da gente honrada, mas com os recônditos sussurros dos salteadores de caminhos.

Ofereço-vos nas páginas a seguir uma reflexão pessoal sobre a ortografia ou escrita correcta da nossa língua. Tentarei atenuar as virtudes soporíferas e que costumam implicar os discursos sobre esta questão e farei por convencer

algum leitor de que paga a pena reflectir uma migalha acerca de por que o Galego se escreve como se escreve¹.

1. La variedad bien entendida².

A retórica vindicativa em favor do *Gallego* (porque não eram ainda chegados os tempos em que, com *violência* restauradora contra a fala *espontânea*, se recuperara o vocábulo genuíno³) nasce e cresce incorporando no seu discurso uma declaração conciliatória de “boas intenções” para com a língua e o Estado nacionais. Uma e outra vez, desde o início e acompanhando todo o nosso *Rexurdimento*, *rexurdimentistas* notáveis ou apenas cultores das nossas letras serão pródigos em cautelas:

Non se me antoxa por caso que pra facer profesión de fé gallega, seya preciso falar sempre y-en todas partes n'a nosa lingua, como si n'iso soilo consistira todo; e moito menos por de contado, se con iso se quer ou se intenta dar á entender menosprecio ou abafallo pra a castellana...⁴.

Na verdade, postular-se-á com insistência, longe de constituírem uma ameaça para Espanha e para o Espanhol, o conhecimento e o cultivo da língua ou *dialecto provincial* deveriam reverter em benefício da língua e da pátria comuns⁵, constituindo-se em elemento vigorizador de uma Espanha Grande, que soubesse respeitar e harmonizar as peculiaridades regionais que a compõem:

El Regionalismo quiere el engrandecimiento de la Nación; la consolidación de la unidad por el amor de las regiones, por el desarrollo de la vida de estas⁶.

Ou, como dirá, já encetado o século XX, Rodrigo Sanz:

¹ Uma resposta seria (parafrazeando Guisão Seixas) que o Galego se escreve como se escreve porque *não se escreveu quando se tinha que ter escrito*. Ou seja, revirando o que disse o nosso Sarmento, o Galego é o que é *por ofício de não escrever-se*.

² “La variedad, bien entendida, puede conciliarse hamonicamente con la unidad.” Francisco Blanco García, *La literatura española en el siglo XIX* (1891), *apud* Horst Hina, *Castilla y Cataluña en el debate cultural 1714-1939*, Barcelona, Península, 1986, p. 226.

³ Felizmente, quando os nossos legisladores linguísticos empreenderam a redacção das Normas o nosso gentílico estava já assente na língua literária. Caso contrário, temo que não faltaria a muitos filólogos engenho e arte avondos para nos demonstrar que *Gallego* é uma evolução interna não menos espontânea que *Galícia*.

⁴ Barcia (sic) Caballero, *Discurso contestación al de D. Amador Montenegro com motivo de la recepción de este como Individuo de Número de la Real Academia Gallega*. Boletín de la Academia Gallega, tom. III, p. 253, 1910.

⁵ Ainda mais, por paradoxal que pareça, haverá quem sugira que o melhor conhecimento do *Gallego* permitiria delimitar contrastivamente as suas diferenças em relação à língua nacional, o que redundaria na depuração das interferências linguísticas, quer dizer, na desgaleguização do castelão falado na Galiza. (Castelão, creio lembrar, encarecia com este argumento a necessidade de os galegos estudarem a sua língua em carta endereçada ao “tonto en cinco idiomas”, que era como Azaña definia o nosso paisano Salvador de Madariaga).

⁶ Aureliano J. Pereira, *El Regionalismo*, Barcelona, Imprenta de Luís Tasso, 1887, p. 11

Galicia tiene una meritísima lengua y literatura propias que debe cultivar como un gran resorte de una vida regional, elemento á su vez del vigor y grandeza del Estado de que forma parte con otras regiones⁷.

Ainda considerado da óptica do mais puro nacionalismo espanhol, o cultivo da língua e da literatura *próprias*, embora, enquanto que manifestação do *particularismo* (Ortega y Gasset), beire sempre a suspeita de desafeição pátria mais ou menos dissimulada, é, como dirá Menéndez Pidal, em “ciertos aspectos loable”.

Resta saber quais os limites que se não deve transpor no cultivo da língua própria ou regional para que este mereça, sempre com certas reservas, o aplauso amigo.

A aprovação cauta tornar-se-á franca hostilidade à medida e na medida em que o uso e o cultivo da língua chamada regional transcender a fronteira do folclórico, do íntimo e do meramente literário e cultural para se constituir em signo de uma identidade nacional com vocação de concreção política.

Em referência ao catalão, José Antonio Primo de Rivera compendiará a repulsa do nacionalismo espanhol em face da politização da questão da língua:

Eso que antes era viejo poso sentimental, expresado en usos y bailes, fue sometido a un concienzudo cultivo de rencor. El alma popular catalana, fuerte y sencilla, fue llenándose de veneno. Áridos intelectuales compusieron un idioma de laboratorio sin más norma fija que la de quitar toda semejanza con el castellano⁸.

Que não nos iluda a filiação política. Nesta questão o fascista espanhol não era mais restritivo do que a maioria dos seus compatriotas, sectários doutras e díspares doutrinas políticas.

José Antonio é precedido, acompanhado e sucedido por toda uma caterva, de que fizeram parte tanto ilustres personagens da política e do pensamento como obscuros escrevinhadores de províncias, para a qual a *espontaneidade folclórica* deve ser o atributo das línguas regionais.

Permaneça-se, pois, dentro dos limites do popular, do singelo, do *espontâneo*. Que a língua regional, ponhamos o Galego, brote, sem afectação pedante,

⁷ Rodrigo Sanz López, *apud* Eugénio Carré, *Literatura Gallega*, Casa Editorial Maucci, Barcelona, 1911 p. 102.

⁸ “El Alijo”, *Obras de Jose Antonio Primo de Rivera*, Madrid, Editorial Almena, 1970, pp. 458-9. (Publicado originariamente em *Arriba*, núm. 2, 28 de Março de 1935)

naturalmente, da boca do povo e que quem nela escreve espelhe essa mesma espontaneidade popular – o contrário é inventar um “idioma de laboratório”⁹.

2. O Idioma diferencial.

Voltando aos nossos *devanceiros rexurdimentistas*, aos promotores da chamada então “causa regional” (numa altura em que, aliás, *regionalismo* era um vocábulo polémico) e que mais tarde viriam a chamar-se *galeguistas*, concluamos com o Marinho Paz que:

os galeguistas daquele tempo sentíronse constantemente obrigados a matiza-las súas ideas e a marca-los límites das súas reivindicacións, coas que nunca pretenderon poñer en cuestión o marco social, cultural e linguístico establecido¹⁰.

De facto, parece no mínimo questionável que devamos restringir a um passado hoje felizmente superado essas precauções e ambiguidades (como deixa entender “os galeguistas daquele tempo”), uma vez que proeminentes vultos da nossa *intelligentsia autonómica* continuam, no presente, a aterrar-nos com exemplos de ambígua moleza.

Assim, mui recentemente, Francisco Fernández del Riego, por sinal Presidente da Real Academia Galega, contrastando as esperanças da “época *pré-autonómica*” com a viçosa plenitude (*Nembargantes—Ah nembargantes!*) do “período autonómico” em curso, escreve:

Soñabamos daquela en que a cobizada autonomía, garantiría a vitalidade e expansión da cultura galega, e a cooficialidade do *idioma diferencial*. Aspirabamos a que a *lingua auctóctona...*”¹¹ (os itálicos são meus)

O carácter evasivo, eufémico, das denominações referidas ao Galego e à Galiza (*idioma/feito diferencial/pobo...*) de um Del Riego ou de um Piñeiro marcam, como nota oportunamente Carme Ermida¹² a respeito deste último, a continuidade de um discurso timorato e conciliatório que (e isto digo-o eu),

⁹ Deve notar-se que a enérgica reprovação do (neste caso) o catalão “de laboratório” era perfeitamente consequente com a lógica do nacionalismo espanhol. Com efeito, dado que o feitio de todas as *línguas normalizadas* (o que, desde há c. 250 anos, equivale a dizer todas as *línguas nacionais*) é, em grande medida, o resultado de uma violência intencional secular contra a espontaneidade da fala, contra a língua popular, o grau de elaboração do catalão é correlativo ao avanço do processo de construção nacional da Catalunha.

¹⁰ *Historia da Lingua Galega*, Santiago de Compostela, Sotelo (sic) Blanco, 1998, p. 398. Cf. também E. X. González Seoane “O debate sobre o Galego na prensa do século XIX. Algúns datos para a historia do antigaleguismo”, *Grial* 110 (1991), pp. 275-287; Carme Hermida (sic), *Os precursores da normalización. Defensa e reivindicación do Galego da lingua galega no Rexurdimento (1840- 1891)*, Vigo, Xerais, 1991.

¹¹ “Lingua e Cultura no Período Autonómico”, *La Voz de Galicia*, 5 de Fevereiro de 2000, p. 34.

¹² *Op. cit.* p. 92.

mergulhando nas origens do galeguismo, se prolonga até aos nossos dias e acaba por desembocar no *establishment* autonómico hodierno.

Ontem como hoje, a mais alta aspiração de certa notabilidade galeguista parece cifrar-se em harmonizar e complementar as duas línguas em contacto na Galiza, em correlato exacto e necessário com uma galeguidade entendida como subconjunto da espanholidade: “Queremos ser gallegos sin dejar de ser por eso buenos y leales españoles¹³” ou, em palavras de Avelino Pousa Antelo: “A unidade buscada polo galeguismo histórico saía da armonía (sic) dentro da diversidade¹⁴, ou seja “la variedad bien entendida.”

Resignemo-nos, diz-se-nos, visto que nem conceber podemos uma existência nacional plena, a “*desenvolver a nosa personalidade peculiar*” expressa num *idioma diferencial autóctone* (prenhe, aliás, de curiosas peculiaridades distintivas, v. g., o infinitivo pessoal).

3. Gravíssimas dificuldades.

Contrariamente à língua catalã, cuja exclusão dos âmbitos prestigiantes nunca fora total e que, desde fins do século XIX, estava a ser posta ao serviço de um movimento de construção nacional de vigor crescente, a nossa, desde tempos quase imemoriais, ficara reservada para os rústicos e ignorantes, e nada indicava que os burgueses autóctones se inclinassem a servir-se dela como instrumento para construir uma identidade nacional distinta à oficialmente imposta.

Porém, apesar de tudo, temos um *Rexurdimento*: desde a segunda metade do século XIX está-se a escrever e publicar em Galego, desde 1868 o idioma conta com uma gramática digna desse nome, na imprensa periódica *regional* debate-se sobre a Questão da Língua ou, por melhor dizer, sobre a sua validade como língua literária; tenta propaga-se a ideia de que o Galego é uma língua original, *filha* do latim, e não uma corrupção do Castelhana, uma língua, aliás, dir-se-á com insistência, sobremaneira doce e eufónica; defende-se, portanto, a sua reabilitação e sofre-se como uma indignidade colectiva o “estigma de menosprezo” (Saco) que pesa sobre ela.

E começa, ao mesmo tempo, a suscitar-se a questão de *como há-de escrever-se*.

¹³ *El Heraldo Gallego* 4 (1877), jornal dirigido por Lamas Carvajal (*apud* Marinho Paz, *op. cit.*, p. 70).

¹⁴ Avelino Pousa Antelo, declarações a *La Voz de Galicia*, 13/12/00.

Note-se que o facto de o Galego se escrever não é por si causa suficiente para gerar o debate acerca de como deve escrever-se.

Com efeito, se o Galego é, como queria Mirás, autor da primeira *Gramática Gallega*, um obstáculo ao progresso e à unidade nacional, felizmente condenado a desaparecer, é claro que a questão da escrita nem sequer se coloca. O Galego só se escreverá de maneira esporádica e galhofeira como um *patois*, aplicando integralmente, com alguma leve modificação aqui e acolá, as normas da língua oficial.

Do que se trata é de que a língua comece a conceber-se, por tímida e ambigualmente que for, não já apenas como um estorvo ou como um inofensivo traço antropológico popular, mas também como um digno veículo de expressão literária ao serviço de um movimento de regeneração regional virtualmente capaz de concorrer com a hegemonia absoluta da língua oficial.

Não é que se pretenda impugnar a usurpação de funções exercida pelo Castelhana na Galiza, mas, mais modestamente, elaborar uma literatura regional num *dialecto* ou *língua provincial* – honroso status sociolinguístico, este último, aliás, que nem todos estavam dispostos a conceder-lhe.

É nesse quadro de aceitação indiscutível da Língua Nacional e de correlativa resignação com o estatuto de *provincianidade* ou *regionalidade* do Galego, esmagadoramente dominante dentro do nosso regionalismo em correspondência com a sua fraqueza social e política, derivada, ela mesma, da sua incapacidade de convergir com os interesses e aspirações das camadas dirigentes da Galiza, que a questão ortográfica merecerá alguma reflexão de carácter técnico acerca da aplicabilidade da ortografia castelhana ao Galego. Naturalmente, a reflexão, assim posta (i. e. reduzida a uma questão técnica) resultará, como logo veremos, em que, tecnicamente, nada se opõe à aplicação das regras do idioma oficial ao “dialecto gallego”.

Completaremos o cenário, recordando que propaganda em favor do Galego era produzida por indivíduos de segmentos sociais que já abandonaram ou estavam a abandonar a marchas forçadas a língua que se pretendia dignificar. E aqui ocorre um curioso paradoxo, abandonada e desprezada como língua de identificação e como língua de uso entre iguais pelos que Sarmiento chamava “galegos de mediana esfera e de mediana literatura”, o Galego vem a sublimar-se, desde finais do século XIX, como língua poética. Banido da oralidade burguesa, é consagrado no restrito mas cerimonioso espaço dos teatros e dos saraus. Não se fala, recita-se. E, assim, os cronistas sociais da época não deixaram de notar com aprovação a correcção idiomática (“un correctísimo gallego”) desta ou aquela senhorita, deste ou aquele moço de boa família que

deleitaram, talvez acompanhados pelos acordes de um piano, os convidados com uma récita de poesias *gallegas*.

A timidez das reivindicações linguísticas do nosso Rexurdimento, o seu tom queixoso, reiterativo dos mesmos lugares comuns (como se nada se avançasse) denunciavam, tanto o desvalimento e a solidão social das individualidades burguesas que o sustentavam quanto a insolidariedade geral dos seus pares. E é que, contrariamente ao que aconteceu na Catalunha, na Galiza, os rexurdimentistas não puderam jamais apresentar-se como porta-vozes de uma burguesia agravada pela relegação oficial da sua língua porque a língua relegada já não era a *sua* língua real quotidiana ou, no mínimo, a *sua* língua de identificação social.

Não deve, pois, estranhar-nos que nunca, deixando atrás a fase inaugural do discurso apologético que caracteriza os primórdios de qualquer processo de construção de uma língua nacional, tenhamos alcançado a arrogância do discurso hegemónico.

Nos antípodas da vocação hegemónica das primeiras gramáticas renascentistas dos vulgares, Mirás dará a lume uma obrinha devotada a facilitar a compreensão da balbúrdia nativa às gentes forâneas de qualidade residentes no País.

Verdade é que Mirás não é defensor do Galego, nem sequer do Galego popular, mas um publicista das *preocupações vulgares* acerca do Galego — e, também, mais um membro dessa caterva internacional que preconiza o lingüicídio em nome do progresso e da unidade.

Bem outro, a pesar das suas contradições e conciliações, foi o sentimento e o intento de Saco e Arce, porém, de balde buscaríamos na sua *Gramática* qualquer acento triunfal.

Longe disso. Quem ler a *Gramática* de Saco descobrirá que, como na maioria dos escritos oitocentistas daqueles que, de uma forma ou outra, reclamavam um estatuto de dignidade para o Galego, a desesperança ou, no mínimo, a desconfiança em conseguir o que se deseja é uma nota dominante. Contrariamente ao que acontecera nos começos da Idade Moderna com a vanguarda padronizadora dos vulgares, os defensores oitocentistas do Galego sentiam que a história não estava do seu lado.

Daí também o acento de emoção quase religiosa, encantatória, com que um Murguía ou um Branhas proferem os seus discursos nesse idioma ancestral que, diz Murguía, “nos achamos a ponto de n’entender.”

Aí, na anemia política do nosso regionalismo, parece estar o núcleo da questão. Não é – ou não só – que “o causante real da disensión ortográfica (seja) a debilidade histórica do nacionalismo” (galego, supõe-se) como diz X. Cordal¹⁵ (num artigo, aliás, que entremeia algumas reflexões lúcidas e judiciosas com observações, creio eu, impertinentes). O próprio modelo normativo em vigor é continuador de uma tradição de debilidade social e política do galeguismo e reflecte ou é consequência dessa mesma debilidade histórica. Fracassou-se não já em impedir a difusão vernácula do castelhano entre nós (o que é óbvio para todos/as), mas também em dotar a língua (o que já não é tão óbvio para todos/as) de uma ortografia distintiva e convergente com essoutro Galego aí da beira.

Em vez de tal foi-se indo penosa e transitoriamente (“trampeando” é a palavra, castelhana, que me ocorre para o que quero dizer. Mas, um momento, consulto o *Xerais* e... ei-la). Pois bem, foi-se *trampeando*, fazendo da necessidade virtude. Incapazes de elaborarmos e impormos uma norma-padrão nacional independente e distintiva em relação ao castelhano (que não teria por que ser necessariamente o padrão português, embora o bom senso aconselhasse proceder nessa direcção), *argalhámos* (essa é palavra justa) justificativas técnicas para enfeitar a nossa impotência.

Diga-se claramente: quando, após séculos de silêncio, reaparece, desde a segunda metade do século XIX, uma literatura no *dialeto ou língua regional*, a interrupção secular da tradição escrita, a castelhanização das classes dirigentes e a satelitização política, cultural e linguística do País determinarão a adopção pura e simples da ortografia da língua oficial para o Galego.

Assim, na primeira gramática galega a questão da escrita correcta não é objecto de reflexões ou comentários. Transcreve-se o Galego ao jeito castelhano, simplesmente.

Na *Gramática Gallega*¹⁶ de Saco e Arce, a questão ortográfica merece cinco páginas de atenção. Saco parte do pressuposto de que “(são) aplicables casi en su totalidad á la ortografía del dialecto gallego, en lo relativo al uso de las letras y á la puntuación, las reglas de la ortografía castellana.” Sendo assim, o assunto pode ser despachado logo, limitando-se a “hacer algunas advertencias sobre las letras i-y, n-m, sobre los acentos y algun otro signo.”

¹⁵ “Notas de Filoloxía Política, *A Trave de Ouro* II/64, p. 216

¹⁶ J. Saco y Arce, *Gramática Gallega*, Lugo, Imprenta de Soto Freire, 1868. Todas as citações são tiradas do Prólogo.

Acerca do “suave sonido de la *ch* francesa, propio también de nuestro dialecto”, escreve:

nos parece que debe representarse constantemente por la letra *x*. Algunos hay que sostienen la necesidad de atender a la etimología para usar la *g*, la *j* ó la *x* en la representación de dicho sonido. Pero siendo sumamente vario el origen latino de este, resultarían gravísimas dificultades para el estudio de la ortografía gallega.”

Saco e Arce parece querer reduzir a questão da ortografia a um problema meramente técnico/prático. Com efeito, não há dúvida de que são tecnicamente aplicáveis quase integralmente as regras gráficas do castelhano; com efeito, distinguir graficamente *j*, *g* e *x* é praticamente mais dificultoso do que usar apenas *x*. Mas, na verdade, o aspecto técnico da questão era não só secundário como ainda, ele mesmo, se colocava condicionado pela minorização funcional da língua. Imos vê-lo.

Recordemos que, se para muitos dos potenciais receptores da *Gramática* o Galego é um *dialecto*, mais ou menos familiar, mais ou menos contaminado, para todos o castelhano é o único idioma escrito, o “idioma oficial e úneco que se deprende nas escolas.” A exclusão do Galego do ensino formal (e sem perspectivas de vir a fazer parte dele), a falta de uma tradição escrita e o seu abandono pelos galegos de “mediana esfera e mediana literatura”, impõem a necessidade de adoptar para o Galego uma ortografia que, partindo da única conhecida – a da Real Academia Española – fosse fácil e simples para os seus *escrevedores* e *ledores*.

É bem certo Leandro Carré Alvarelhos:

En galego o *j* tem o valor *ch* francesa, somellante ao portugués, mais, por ter no español (o idioma oficial e úneco que se deprende nas escolas) un son estrano, moi diverso, e prestarse esto a confusións para a lêtura, adoutouse xeneralmente o *x* para representar aquel son na escritura galega¹⁷.

As “gravísimas dificultades” derivadas da “vária origem latina” que alega Saco e Arce (e muitos outros depois dele) para simplificar a escrita do fonema [□]

¹⁷ *Prontuario Ortográfico ao Dicionario Galego – Castelán*, Lar, Crunha 1928, tomo I, p. 7 nota 1. Anos antes, Eugénio Carré Aldao escrevera, em relação às controvérsias ortográficas de finais do XIX, que o uso exclusivo do *x* obedecia a que, estando os galegos “acostumbrados todos a leer el castellano, no darían adecuada pronunciación gallega á la *g* y *j*” (*Op. cit.* p. 91). Na mesma linha, a “Dirección da Seizón de Filoloxía” do Seminário de Estudos Galegos prescindirá da “representazón etimolóxica” dos *g* e *j* “só provisionalmente por razóns de comenenza actual.” *Algunhas Normas pra Unificación do Idioma Galego*, Santiago, Nós, 1933, p. 8.

decorrem – diz-nos Leandro Carré– da imposição de uma realidade sócio□ linguística que exclui a nossa língua do ensino¹⁸.

No entanto, não creio que seja essa a única razão que move o nosso gramático a justificar a aplicação das regras da ortografia castelhana ao Galego.

Saco e Arce é testemunha magoada tanto da estigmatização social da nossa língua como da acção destruidora que sobre ela exerce o contacto com a língua oficial, porém, conjugando hierarquicamente patriotismo provincial galego e nacional-espanhol, é incapaz de tirar as conclusões lógicas da sua observação: o castelhana, enquanto que língua oficial imposta na Galiza, é inimigo mortal do Galego. Em vez de tal, mostra-se solícito em dissipar os receios daqueles que temem que o cultivo dos dialectos regionais poderia actuar em “detrimento de la unidad nacional”: “No es mi ánimo con esto excitar al abandono ó descuido del majestuoso idioma castellano (...). Mucho menos lo es el sembrar rivalidades entre las provincias, ahondando mas el abismo que nos separa de las otras.”

Deste seu espírito conciliatório, desta sua aceitação plena e sem reservas da Nação espanhola deriva-se que *a Língua* seja o castelhana. Pouco importa que, para ele, o Galego seja, por filiação, uma língua de pleno direito como as outras neo-latinas (às quais repetidamente recorre para assinalar afinidades nobilitadoras com o Galego), porque, assim como Espanha é A Nação, o castelhana é A Língua. Destarte, se, do ponto de vista linguístico concebe o Galego como uma entidade autónoma, como o francês ou o italiano, do ponto de vista político é o “dialecto” de uma província, um subconjunto do espanhol. Não resolve a contradição. Donde a flutuação de denominações referidas ao Galego: “idioma”, “dialecto”, “língua”, “língua regional”, conforme se encare de um ponto de vista ou doutro.

Isto explica que, na realidade, o aspecto técnico da questão ortográfica ocupe um segundo plano. Porque para o autor da primeira *Gramática Gallega* digna desse nome o essencial é que a autoridade da Real Academia Española rege também para o Galego:

Parécenos por tanto que el sonido gallego equivalente a la *ch* francesa debe representarse, cualquiera que sea su etimología, con un mismo signo; y ninguno creemos mas á propósito que la letra *x*, ya que es la *letra castellana*, cuyo sonido imita mas al nuestro; ya porque, según la autorizada opinión de la Academia (...) tuvo aun en castellano antiguamente este mismo sonido.

Não começámos com bom pé, não.

¹⁸ Por isso a distinção gráfica entre *v* e *b*, também antieconómica de um ponto de vista técnico, foi aceite e prevaleceu finamente na ortografia galega.

Claro, eram outros tempos. Então ainda se podia apelar abertamente à tutela da Real Academia Española e, ao mesmo tempo, reivindicar o Galego.

De modo que, o pressuposto fundador desse pretenso Galego *auto-identificado*: “la lengua gallega goza de una personalidad propia y bien definida” acaba rendendo-se face às imposições da realidade sócio-linguística: “los gallegos, al fin y al cabo, han de ser bilingües y la usarán siempre junto a la suya, sino más que ésta.”

4. Uma Ortografia “facilona”

Creio que quem me tenha acompanhado até aqui, poderá convir comigo em que há indícios suficientes para afirmar sem menoscabo da inteligência que a norma dita oficial, a própria concepção do que é e há-de ser a língua galega e do que é e há-de ser a Galiza, emanadas e propagadas pelo *establishment* autonómico, com a triste cumplicidade de certo galeguismo pós-galáctico e até de certo suposto nacionalismo, filiam-se directamente ao desígnio de Saco e ao dos seus sucessores regionalistas.

Sinceramente, creio que nem o mais ferrenho defensor do modelo de língua “normativa” actual, nomeadamente no seu aspecto gráfico, poderia honestamente recusar-se a admitir que a sua estreita semelhança com a língua castelhana não é fruto do acaso ou de um determinismo técnico. Parece evidente que, dentre as inúmeras possibilidades técnicas teoricamente disponíveis para representar por escrito a língua, optou-se por aquela que, tirando certos pormenores insignificantes, reproduz fielmente o modelo castelhano.

O esforço por marcar a diferença do Galego relativamente ao português, por anular toda a semelhança gráfica, mesmo naqueles pontos que não violentam o “equilíbrio entre fonemas e grafemas” é tão sistemático que não pode ser senão um facto intencional¹⁹.

O resultado é uma ortografia “facilona” (Vasques Cuesta) e mimética da castelhana que nos afasta da língua de que nos deveríamos aproximar e nos confunde com a língua de que nos deveríamos distinguir. Pior ainda –e isto constitui uma ruptura sem precedentes na história do galeguismo– sanciona a

¹⁹ Não pode deixar de ser notado, de passagem, que os defensores desse Galego auto-identificado se acham na embaraçosa situação de compartilharem o grafema-emblema que identifica universalmente o *español* e que, por isso, é convenientemente ressaltado nas capas dos manuais de espanhol, língua estrangeira, divisa do Instituto Cervantes e da Biblioteca Nacional española.

estrangeirização do português na Galiza, ratifica a desistência do programa reintegrador desenhado pelo nacionalismo galeguista da pré-guerra. Doravante, em parte também por causa do acirramento criado pela controvérsia normativa, o português passará a ser olhado com receio quando não com franca aversão, privando assim, irresponsável e estupidamente, o nosso movimento de restauração linguística de um influxo vigorizante que viria atenuar a gravidade crónica da nossa deficiente socialização linguística em Galego. Do ponto de vista psicológico a consequência é que se nos arrebatou um instrumento precioso para desarraigado a insegurança linguística e cultural endémica do nosso País.

Mais ainda, uma vez que esse modelo de língua e a concepção que ela implica não ultrapassa nem impugna os limites linguísticos e culturais impostos pelo enquadramento nacional espanhol coopera, querendo ou não, com o espanholismo e estorva o movimento de construção nacional Galego. Daí que o resultado não se reduza a dotar a língua de uma aparência visual castelhana, bem que este aspecto seja fundamental – consagra também o seu cativo, a sua inserção minorizadora no quadro espanhol de referências socioculturais e inibe uma frequência mais intensa com a produção cultural veiculada em português.

A concepção do Galego como língua autónoma em relação ao português impede-nos desmentir a evidência de a nossa língua ser, comparativamente ao castelhano, um idioma local e de que, portanto, “el español y lo español” nos representam internacionalmente.

Posso asseverar por própria experiência que um mínimo de exposição ao português, aliada a um sentimento nacional galego, pode produzir resultados tangíveis que, por vezes, adquirem o carácter de uma descoberta, de uma revelação prenhe de sentido que altera a percepção do que é e pode vir a ser a língua e o País. Ou, na voz esplêndida de Lois Tobio:

Ainda fomos outra vez a Portugal, a Valença do Minho, frente de Tui. Eu sentia-me em Portugal coma na minha casa, pero numha casa enriquecida, em que as cousas dadoito estavam coma enlevadas, dignificadas, a começar pola fala. Via como a minha pobre fala, desdenhada, esquecida pola nossa burguesia e senhorio, botada do mundo oficial e do ensino, tinha ali status senlheiro com todos os benefícios e vantagens que lhe cumprem. E, já que logo, sentia vergonça, enveja e mágoa polo que na minha terra passara. Pero dava-me certo consolo saber que, graças a Portugal, nel e noutras naçons espalhadas polo mundo se tinha salvado a antiga e nobre língua dos meus²⁰.

²⁰ Lois Tobio, *As Décadas de T. L.*, Sada-Crunha, Ediciós do Castro, 1994, p. 194. (Descastelhanizo ortograficamente o texto)

BIBLIOGRAFIA

Barcia Caballero, Juan: *Discurso contestación al de D. Amador Montenegro con motivo de la recepción de éste como Individuo de Número de la Real Academia Gallega*. Crunha, Boletín de la Academia Gallega, tom. III, 1910.

Carré Aldao, Eugenio, *Literatura Gallega com extensos apéndices bibliográficos y una gran antología de 300 trabajos escogidos en prosa y verso de la mayor parte de los escritores regionales, por Eugenio Carré Aldao, académico-secretario de la Real Academia Gallega, correspondiente de la Real de Buenas Letras de Barcelona y de otras nacionales y extranjeras*. Segunda edición puesta al día y notablemente aumentada en el texto y apéndices, Barcelona, Casa Editorial Maucci, 1911.

Carré Alvarellos, Leandro: *Prontuario Ortográfico ao Dicionario Galego—Castelán*. Crunha, Lar, 1928, tomo I.

Cordal, Xavier: “Notas de Filoloxía Política”, *A Trabe de Ouro* II/64.

Couceiro Freixomil, Antonio: *Ortografía Gallega – Bases para su unificación por Antonio Couceiro Freijomil, con un apéndice del profesor Abelardo Moralejo, de la Facultad de Filosofía y Letras de Santiago*, Ourense, Imp. Pap. Relieves La Popular, 1929.

Fernández del Riego, Francisco: “Lingua e Cultura no Período Autonómico”, *La Voz de Galicia*, 5 de Fevereiro de 2000.

González Seoane, X. “O debate sobre o galego na prensa do século XIX. Algúns datos para a historia do antigaleguismo”, *Grial* 110, 1991.

Hermida, Carme: *Os precursores da normalización. Defensa e reivindicación do galego da lingua galega no Rexurdimento (1840- 1891)*, Vigo, Xerais, 1991.

Hina, Horst: *Castilla y Cataluña en el debate cultural 1714-1939*, Barcelona, Península, 1986.

Mariño Paz, Ramón: *Historia da Lingua Galega*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 1998

Moralejo, Abelardo: *Apéndice a Antonio Couceiro Freixomil, op. cit.*

Pereira, Aureliano J.: *El Regionalismo. Discurso Pronunciado por Aureliano J. Pereira, Director de El Regional de Lugo, en una velada literaria celebrada en el Círculo de las Artes de dicha Ciudad*, Barcelona, Imprenta de Luís Tasso, 1887.

Pousa Antelo, Avelino, *La Voz de Galicia*, 13 de Dezembro de 2000.

Primo de Rivera, José Antonio, *Obras de José Antonio Primo de Rivera*, Madrid, Editorial Almena, 1970.

Saco y Arce, J.: *Gramática Gallega*, Lugo, Imprenta de Soto Freire, 1868. 2ª Ed.: Ourense, Gráficas Tanco, 1967.

Seminário de Estudos Galegos: *Algunhas Normas pra Unificazón do Idioma Galego*, Santiago de Compostela, Nós, 1933.

Tobio, Loís: *As Décadas de T. L.*, Sada-Crunha, Edicións do Castro, 1994

*** Artigo publicado na revista *Análise Empresarial* no ano 2001.**